

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	14.276.925	12.044.415
1.01	Ativo Circulante	3.531.764	3.554.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	576.152	392.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	152.615	757.705
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	152.615	757.705
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	152.615	757.705
1.01.03	Contas a Receber	1.432.438	1.405.990
1.01.03.01	Clientes	1.432.438	1.405.990
1.01.04	Estoques	18.575	19.273
1.01.06	Tributos a Recuperar	99.433	83.910
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	99.433	83.910
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	4.897	3.367
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	94.536	80.543
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.810	21.130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.230.741	874.073
1.01.08.03	Outros	1.230.741	874.073
1.01.08.03.01	Outros Créditos	210.592	199.266
1.01.08.03.02	Derivativos	712.918	486.476
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro Setorial	307.231	188.331
1.02	Ativo Não Circulante	10.745.161	8.489.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.692.444	5.412.719
1.02.01.04	Contas a Receber	105.663	108.877
1.02.01.04.01	Clientes	105.663	108.877
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.035	167.303
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	60.035	167.303
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.526.746	5.136.539
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	119.142	123.808
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	2.282.067	91.657
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	4.794.851	4.513.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	5.406	5.949
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	322.715	398.645
1.02.04	Intangível	3.052.717	3.077.014
1.02.04.01	Intangíveis	3.052.717	3.077.014
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.424.988	2.458.397
1.02.04.01.03	Ativo contratual	627.729	618.617

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	14.276.925	12.044.415
2.01	Passivo Circulante	3.809.756	3.747.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.375	30.919
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.375	30.919
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	30.375	30.884
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	0	35
2.01.02	Fornecedores	829.258	1.052.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	829.258	1.052.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	169.803	171.031
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	67.944	77.671
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.045
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	9.885	11.001
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	45.718	50.889
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	12.341	12.736
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	101.859	93.360
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	101.859	93.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.250.601	1.933.667
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.117.928	1.803.769
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	103.315	100.602
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.014.613	1.703.167
2.01.04.02	Debêntures	132.673	129.898
2.01.05	Outras Obrigações	529.719	559.522
2.01.05.02	Outros	529.719	559.522
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	163.307	163.307
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	29.265	23.658
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	337.147	372.557
2.02	Passivo Não Circulante	6.735.105	4.756.118
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.399.688	3.739.695
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.255.718	2.471.467
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.079.341	1.076.796
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.176.377	1.394.671
2.02.01.02	Debêntures	1.143.970	1.268.228
2.02.02	Outras Obrigações	3.102.630	784.606
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	301.220	300.019
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	301.220	300.019
2.02.02.02	Outros	2.801.410	484.587
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	179.528	176.409
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	83.449	8.654
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	3.153	3.148
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	2.334.155	106.798
2.02.02.02.08	Fornecedor	201.125	189.578
2.02.04	Provisões	232.787	231.817
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	214.347	213.455
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.443	18.390
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.979	81.489

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	116.925	113.576
2.02.04.02	Outras Provisões	18.440	18.362
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	18.071	17.993
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	3.732.064	3.540.629
2.03.01	Capital Social Realizado	2.820.677	2.820.677
2.03.02	Reservas de Capital	184.819	184.819
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	184.819	184.819
2.03.04	Reservas de Lucros	675.872	675.872
2.03.04.01	Reserva Legal	185.950	185.950
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	489.922	489.922
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	198.302	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-147.606	-140.739

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.301.113	2.072.970
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.766.875	-1.566.339
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.338.627	-1.179.123
3.02.02	Custo de Operação	-176.337	-167.651
3.02.03	Custo de Serviço Prestado a Terceiros	-251.911	-219.565
3.03	Resultado Bruto	534.238	506.631
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-166.940	-165.095
3.04.01	Despesas com Vendas	-59.429	-63.716
3.04.01.01	Amortização	-1.386	-1.243
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-19.966	-23.171
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-38.077	-39.302
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.984	-64.307
3.04.02.01	Amortização	-7.043	-7.789
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-56.941	-56.518
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.527	-37.072
3.04.05.01	Amortização de Intangível da Concessão	-13.025	-13.025
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-30.502	-24.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	367.298	341.536
3.06	Resultado Financeiro	-58.639	62.424
3.06.01	Receitas Financeiras	49.449	129.394
3.06.02	Despesas Financeiras	-108.088	-66.970
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	308.659	403.960
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-110.357	-143.101
3.08.01	Corrente	-29.194	-37.889
3.08.02	Diferido	-81.163	-105.212
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	198.302	260.859
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	198.302	260.859
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	176,20000	231,79000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	198.302	260.859
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.867	47.070
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-5.995	32.971
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	-872	14.099
4.03	Resultado Abrangente do Período	191.435	307.929

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.724	287.700
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	441.435	462.567
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	308.659	403.961
6.01.01.02	Amortização	98.951	94.759
6.01.01.04	Provisões de riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórias	9.126	9.060
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.966	23.171
6.01.01.06	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-28.507	-95.605
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.224	3.639
6.01.01.09	Perda (ganho) na baixa de não circulante	30.016	23.582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-336.111	-106.417
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-43.173	-111.352
6.01.02.02	Tributos a compensar	-16.022	-3.373
6.01.02.04	Depósitos judiciais	5.104	-696
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	-115.712	150.188
6.01.02.06	Constas a receber - CDE	1.733	-13.801
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-58.428	-45.639
6.01.02.08	Fornecedores	-211.725	-77.050
6.01.02.09	Outras obrigações com entidades de previdência privada	-1.013	-3.381
6.01.02.10	Passivo financeiro setorial	72.119	80.496
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	1.384	2.185
6.01.02.12	Taxas regulamentares	5.607	-58.319
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-15.993	-20.911
6.01.02.14	Contas a pagar CDE	-23.330	-45.081
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	63.338	40.317
6.01.03	Outros	-55.600	-68.450
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.577	-27.841
6.01.03.02	Encargos e dívidas e debêntures pagos	-51.023	-40.609
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	346.595	-207.115
6.02.01	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	607.568	374
6.02.02	Adições de intangível	-260.973	-207.489
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-212.768	909.484
6.03.01	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-282.654	-17.238
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	69.886	-2.055
6.03.05	Captação de empréstimos e debêntures	0	928.777
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	183.551	990.069
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	392.601	74.323
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	576.152	1.064.392

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.739	3.540.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.739	3.540.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.302	-6.867	191.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.302	0	198.302
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.867	-6.867
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-872	-873
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	-5.995	-5.994
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	675.872	198.302	-147.606	3.732.064

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.859	47.070	307.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.859	0	260.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.070	47.070
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	14.099	14.099
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	32.971	32.971
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	1.084.590	260.859	-92.396	4.258.549

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	3.677.645	3.316.276
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.445.904	3.120.051
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	251.707	219.396
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.966	-23.171
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.868.506	-1.652.625
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.479.725	-1.301.796
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136.161	-134.491
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-180.251	-151.215
7.02.04	Outros	-72.369	-65.123
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.809.139	1.663.651
7.04	Retenções	-99.397	-95.150
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86.372	-82.124
7.04.02	Outras	-13.025	-13.026
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.709.742	1.568.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.937	131.612
7.06.02	Receitas Financeiras	51.937	131.612
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.761.679	1.700.113
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.761.679	1.700.113
7.08.01	Pessoal	82.316	77.387
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.321	43.757
7.08.01.02	Benefícios	32.979	30.769
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.016	2.861
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.362.810	1.284.460
7.08.02.01	Federais	586.986	532.899
7.08.02.02	Estaduais	775.509	751.243
7.08.02.03	Municipais	315	318
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	118.251	77.407
7.08.03.01	Juros	110.642	69.276
7.08.03.02	Aluguéis	7.609	8.131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	198.302	260.859
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	198.302	260.859

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2021	2020	%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.697.611</b>	<b>3.339.446</b>	<b>10,7%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.650.508	2.685.390	-1,3%
Suprimento de energia elétrica (*)	124.567	140.688	-11,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	251.707	219.395	14,7%
Outras receitas operacionais (*)	627.237	524.656	19,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	43.592	(230.684)	-118,9%
Deduções da receita operacional	(1.396.498)	(1.266.476)	10,3%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.301.113</b>	<b>2.072.970</b>	<b>11,0%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.338.627)</b>	<b>(1.179.123)</b>	<b>13,5%</b>
Energia comprada para revenda	(974.645)	(985.223)	-1,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(363.982)	(193.900)	87,7%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(595.188)</b>	<b>(552.312)</b>	<b>7,8%</b>
Pessoal	(80.639)	(77.380)	4,2%
Entidade de previdência privada	(3.224)	(3.639)	-11,4%
Material	(18.468)	(17.600)	4,9%
Serviço de terceiros	(62.812)	(62.158)	1,1%
Amortização	(98.951)	(94.760)	4,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(251.707)	(219.395)	14,7%
Outros	(79.387)	(77.380)	2,6%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>367.298</b>	<b>341.536</b>	<b>7,5%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(58.639)</b>	<b>62.424</b>	<b>-193,9%</b>
Receitas financeiras	49.449	129.394	-61,8%
Despesas financeiras	(108.088)	(66.970)	61,4%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>308.659</b>	<b>403.961</b>	<b>-23,6%</b>
Contribuição social	(29.193)	(37.889)	-22,9%
Imposto de renda	(81.163)	(105.213)	-22,9%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>198.302</b>	<b>260.859</b>	<b>-24,0%</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	198.302	260.859	-24,0%
<b>EBITDA</b>	<b>466.249</b>	<b>436.296</b>	<b>6,9%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 3.697.611 apresentando, aumento de 10,7% (R\$ 358.165) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.445.904, apresentando aumento de 10,4% (R\$ 325.853) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 1,3% (R\$ 34.882), explicado pela: (i) redução de 10,5% (R\$ 311.445) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), impactada principalmente pelos efeitos das medidas

## Comentário do Desempenho

restritivas adotados pelas autoridades para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19), compensado pelo (ii) aumento de 10,3% (R\$ 276.563) no preço médio no período, decorrente do reajuste tarifário de junho de 2020 de 6,09% (percepção dos consumidores) e aplicação da bandeira tarifária 2,18% (amarela no 1º trimestre de 2021 comparada com amarela/verde no 1º trimestre de 2020);

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 11,5% (R\$ 16.121) explicada principalmente por: (i) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 16.505), principalmente pela migração de duas permissionárias para clientes livres.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 19,6% (R\$ 102.581), basicamente pelo aumento em: (i) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 63.203), em função do reajuste tarifário de junho/20 e pelo aumento no volume de energia transportada em 16,9%; (ii) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 51.341), decorrente da variação do indexador (IPCA); associado a redução (iii) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 2.165); compensado pela redução em: (iv) subsídios tarifários (R\$ 14.169).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de 118,9% (R\$ 274.276), basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaque em: (i) constituição em custo de energia, ESS, rede básica e outros itens tarifários (R\$ 157.173); e pelo aumento em: (ii) amortização dos ativos e passivos homologados, com destaque para custos de energia e risco hidrológico (R\$ 117.103).

### Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -8,7% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Este resultado negativo se deve ao desempenho negativo das classes residencial, comercial e poder público, sendo que as duas últimas apresentaram impactos das medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia o que acarreta na redução de consumo de energia elétrica dessas classes. Além disso, houve reduções em contratos de compra e venda de energia referentes ao suprimento de permissionárias.

O consumo da classe residencial representa 42,3% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de -1,4% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda reflete fundamentalmente uma temperatura mais amena comparada com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 13,5% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -16,1% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, além do efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 9,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -11,4% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 35,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -12,9% no 1º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados negativos nas classes rural (queda de -6,2%), poder público (queda de -18,5%), serviço público (queda de -31,3% causada principalmente pela movimentação de clientes para o mercado livre) e permissionárias (queda de -18,3% causada principalmente por reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -3,2% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de -1,4% no residencial, -11,6% no comercial, +6,6% no industrial e -10,4% nas demais classes de consumo.

## Comentário do Desempenho

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.396.498, apresentando um aumento de 10,3% (R\$ 130.022) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelo aumento em: (i) bandeiras tarifárias em (R\$ 61.175); (ii) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 49.117), em função do aumento na base de cálculo; (iii) aumento na quota de CDE em (R\$ 18.748), principalmente em função do aumento da cota CDE em 2021; e (iv) programa de P&D e eficiência energética (R\$ 1.423).

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 1.338.627, aumento de 13,5% (R\$ 159.504) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este aumento deve-se basicamente a:

**Energia comprada para revenda:** redução de 1,1% (R\$ 10.578) em função da: (i) redução de 11,0% (129.491) no volume de energia comprada, principalmente em energia de curto prazo e CCEE disponibilidades; (ii) créditos de Pis e Cofins (R\$ 1.644); compensado pelo aumento: (iii) no preço médio de compra em 8,8% (R\$ 94.888), justificado principalmente pelo aumento na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no 1º trimestre de 2021 e (iii) ressarcimento geradoras (R\$ 25.690).

**Encargos do uso do sistema de distribuição:** aumento de 87,7% (R\$ 170.082), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 107.398), decorrente principalmente de um maior acionamento de UTEs fora de ordem de mérito por motivo de “segurança energética” e aumento do volume de importação de energia proveniente da Argentina e Uruguai frente a baixa hidrologia no período; (ii) encargos de rede básica (R\$ 54.793), em função dos reajustes tarifários das transmissoras e novas instalações de transmissoras; (iii) encargo de energia de reserva (R\$ 11.134); (iv) encargos de conexão (R\$ 6.691); (v) encargos de transporte Itaipu (R\$ 4.008); (vi) encargos de uso do sistema de distribuição (R\$ 3.392) compensado parcialmente por: (vii) créditos de PIS/COFINS (R\$ 17.336).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 595.188 no 1º trimestre de 2021, apresentando um aumento de 7,8% (R\$ 42.876) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 343.481, apresentado um aumento de 3,2% (R\$ 10.565), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 1º trimestre de 2021 foram de R\$ 244.530, um aumento de 2,7% (R\$ 6.373) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 4,2% (R\$ 3.260) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- **Material:** aumento de 4,9% (R\$ 868), basicamente pelo aumento em: (i) manutenção da frota (R\$ 814); (ii) reposição-manutenção de linhas e redes (R\$ 474), compensado pela redução em: (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 452).
- **Outros:** aumento de 2,6% (R\$ 2.007), basicamente pelo aumento em: (i) perda/ganho com alienação, desativação e outros de ativos não circulante (R\$ 6.434); compensado parcialmente: (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 3.205); (iii) arrendamentos e alugueis (R\$ 401); (iv) outras despesas (R\$ 292); (v) taxas de arrecadação (R\$ 243) e (vi) recuperação de despesas (R\$ 203).

- **Amortização (inclui intangível de concessão)**

## Comentário do Desempenho

A amortização do 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 98.951, aumento de 4,4% (R\$ 4.191) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 1º trimestre de 2021 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 58.639, redução de 193,9% (R\$ 121.063) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

- i. **Receitas financeiras:** redução de 61,8% (R\$ 79.945), principalmente pela redução em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 79.785), sendo as principais variações: (i.a) ajustes dos valores justos (R\$ 89.408); compensado por (i.b) atualização monetária de faturas e parcelamentos (R\$ 9.625).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 61,4% (R\$ 41.118), principalmente pelo aumento em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 20.547); (ii) outras atualizações (R\$ 12.594), principalmente pelo aumento na atualização dos passivos relacionados ao despacho 288; (iii) outras despesas (R\$ 4.180), sendo: (iii.a) outras variações monetárias (R\$ 3.133), relacionado a variação do despacho 288 e (iii.b) liquidação CCEE (R\$ 892 ); (iv) atualização de processos contingenciados (R\$ 2.930) e (v) atualização de contratos de mútuos /despesas sociedade parceira (R\$ 1.550).

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 110.356, apresentando uma redução de 22,9% (R\$ 32.746) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nas explicações apresentadas, a Companhia apurou no 1º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 198.302, uma redução de 24,0% (R\$ 62.557), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 466.249, apresentando um aumento de 6,9% (R\$ 29.953) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	576.152	392.601
Títulos e valores mobiliários	6	152.615	757.705
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.432.438	1.405.990
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	4.897	3.367
Outros tributos a compensar	8	94.536	80.543
Derivativos	31	712.918	486.476
Ativo financeiro setorial	9	307.231	188.331
Estoques		18.575	19.273
Outros ativos	12	232.402	220.396
<b>Total do circulante</b>		<b>3.531.764</b>	<b>3.554.682</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	105.663	108.877
Depósitos judiciais	21	119.142	123.808
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	8	2.282.067	91.657
Derivativos	31	322.715	398.645
Créditos fiscais diferidos	10	60.035	167.303
Ativo financeiro da concessão	11	4.794.851	4.513.915
Outros ativos	12	5.406	5.947
Ativo contratual	13	627.729	618.617
Intangível	14	2.424.988	2.458.397
<b>Total do não circulante</b>		<b>10.745.161</b>	<b>8.489.733</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.276.925</b>	<b>12.044.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	829.258	1.052.529
Empréstimos e financiamentos	16	2.117.928	1.803.770
Debêntures	17	132.673	129.898
Entidade de previdência privada	18	-	35
Taxas regulamentares	19	29.265	23.658
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	3.045
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	169.803	167.986
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	163.307	163.307
Obrigações estimadas com pessoal		30.375	30.884
Outras contas a pagar	22	337.147	372.556
<b>Total do circulante</b>		<b>3.809.756</b>	<b>3.747.668</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	201.125	189.578
Empréstimos e financiamentos	16	2.255.718	2.471.467
Debêntures	17	1.143.970	1.268.228
Entidade de previdência privada	18	179.528	176.409
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	3.153	3.148
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	232.787	231.817
Mútuos com controladora	29	301.220	300.019
Passivo financeiro setorial	9	83.449	8.654
Outras contas a pagar	22	2.334.155	106.797
<b>Total do não circulante</b>		<b>6.735.105</b>	<b>4.756.118</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		2.820.677	2.820.677
Reserva de capital		184.819	184.819
Reserva legal		185.950	185.950
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		489.922	489.922
Resultado abrangente acumulado		(147.606)	(140.739)
Lucros acumulados		198.302	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.732.064</b>	<b>3.540.630</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>14.276.925</b>	<b>12.044.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	1° Trimestre 2021	1° Trimestre 2020
Receita operacional líquida	25	2.301.113	2.072.970
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(1.338.627)	(1.179.123)
Custo com operação	27	<u>(176.337)</u>	<u>(167.651)</u>
Amortização		(77.498)	(72.702)
Outros custos com operação		(98.839)	(94.949)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	<u>(251.911)</u>	<u>(219.565)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u>534.238</u>	<u>506.631</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<u>(59.429)</u>	<u>(63.716)</u>
Amortização		(1.386)	(1.243)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.966)	(23.171)
Outras despesas com vendas	27	(38.077)	(39.302)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<u>(63.984)</u>	<u>(64.307)</u>
Amortização		(7.042)	(7.789)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(56.941)	(56.518)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<u>(43.527)</u>	<u>(37.072)</u>
Amortização do intangível da concessão		(13.025)	(13.025)
Outras despesas operacionais	27	(30.502)	(24.047)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>367.298</b>	<b>341.536</b>
<b>Resultado financeiro</b>	28		
Receitas financeiras		49.449	129.394
Despesas financeiras		<u>(108.088)</u>	<u>(66.970)</u>
		<b>(58.639)</b>	<b>62.424</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>308.659</b>	<b>403.961</b>
Contribuição social	10	(29.193)	(37.889)
Imposto de renda	10	<u>(81.163)</u>	<u>(105.213)</u>
		<b>(110.357)</b>	<b>(143.102)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u><b>198.302</b></u>	<u><b>260.859</b></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	176,20	231,79

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>1° Trimestre 2021</u>	<u>1° Trimestre 2020</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	198.302	260.859
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(873)	14.099
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(5.995)	32.971
<b>Resultado abrangente do período</b>	<u><u>191.435</u></u>	<u><u>307.929</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

#### Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>185.950</b>	<b>489.922</b>	<b>(140.739)</b>	<b>-</b>	<b>3.540.630</b>
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	198.302	198.302
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(873)	-	(873)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(5.995)	-	(5.995)
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>185.950</b>	<b>489.922</b>	<b>(147.606)</b>	<b>198.302</b>	<b>3.732.064</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

#### RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
		Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído				Dividendo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.809.820</b>	<b>195.676</b>	<b>151.569</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>424.296</b>	<b>(139.466)</b>	<b>-</b>	<b>3.950.620</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	260.859	260.859
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	14.099	-	14.099
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	32.971	-	32.971
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>2.809.820</b>	<b>195.676</b>	<b>151.569</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>424.296</b>	<b>(92.396)</b>	<b>260.859</b>	<b>4.258.549</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>308.659</b>	<b>403.961</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	98.951	94.759
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.126	9.060
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.966	23.171
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(28.507)	(95.605)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.224	3.639
Perda (ganho) na baixa de não circulante	30.016	23.582
	<b>441.435</b>	<b>462.568</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(43.173)	(111.352)
Tributos a compensar	(16.022)	(3.373)
Depósitos judiciais	5.104	(696)
Ativo financeiro setorial	(115.712)	150.188
Contas a receber - CDE	1.733	(13.801)
Outros ativos operacionais	(58.428)	(45.639)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(211.725)	(77.050)
Outros tributos e contribuições sociais	1.384	2.184
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.013)	(3.381)
Taxas regulamentares	5.607	(58.319)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(15.993)	(20.911)
Passivo financeiro setorial	72.119	80.496
Contas a pagar - CDE	(23.330)	(45.081)
Outros passivos operacionais	63.338	40.317
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>105.324</b>	<b>356.150</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(51.023)	(40.609)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.577)	(27.841)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>49.724</b>	<b>287.700</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(39)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	607.569	413
Adições de ativo contratual	(260.973)	(207.489)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>346.596</b>	<b>(207.115)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	-	928.777
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(282.654)	(17.238)
Liquidação de operações com derivativos	69.887	(2.055)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(212.767)</b>	<b>909.484</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>183.551</b>	<b>990.069</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>392.601</b>	<b>74.323</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>576.152</b>	<b>1.064.392</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado em 31 de março de 2021 e de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>1° Trimestre 2021</b>	<b>1° Trimestre 2020</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>3.677.645</b>	<b>3.316.276</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.445.904	3.120.051
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	251.707	219.395
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.966)	(23.171)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.868.506)</b>	<b>(1.652.625)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(1.479.725)	(1.301.796)
2.2 Material	(136.161)	(134.491)
2.3 Serviços de terceiros	(180.251)	(151.215)
2.4 Outros	(72.369)	(65.124)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.809.139</b>	<b>1.663.650</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(99.398)</b>	<b>(95.149)</b>
4.1 Amortização	(86.372)	(82.124)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(13.025)	(13.025)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.709.742</b>	<b>1.568.501</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>51.938</b>	<b>131.612</b>
6.1 Receitas financeiras	51.938	131.612
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.761.679</b>	<b>1.700.113</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>82.316</b>	<b>77.387</b>
8.1.1 Remuneração direta	46.321	43.757
8.1.2 Benefícios	32.979	30.769
8.1.3 F.G.T.S	3.016	2.862
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.362.810</b>	<b>1.284.460</b>
8.2.1 Federais	586.986	532.899
8.2.2 Estaduais	775.509	751.243
8.2.3 Municipais	315	318
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>118.251</b>	<b>77.407</b>
8.3.1 Juros	110.642	69.276
8.3.2 Aluguéis	7.609	8.131
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>198.302</b>	<b>260.859</b>
8.4.1 Lucros retidos	198.302	260.859
	<b>1.761.679</b>	<b>1.700.113</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,0 milhões de consumidores.

#### **1.1 Capital Circulante Líquido Negativo:**

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou nas Informações contábeis intermediárias, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 277.992 (R\$ 192.986 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

#### **1.2 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar

## Notas Explicativas

os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 1.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Notas Explicativas

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o período de três meses findos em 31 de março de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Notas Explicativas

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 10 de maio de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis, base negativa, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);

## Notas Explicativas

- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### - Instrumentos financeiros

## Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	47.805	73.273
Aplicações financeiras	<u>528.347</u>	<u>319.328</u>
Títulos de crédito privado (a)	523.365	82.086
Operações compromissadas em debêntures (b)	<u>4.981</u>	<u>237.242</u>
<b>Total</b>	<b><u>576.152</u></b>	<b><u>392.601</u></b>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 523.365 (R\$ 82.086 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,75% do CDI (98,61% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 82,13% do CDI (79,46% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

### ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação direta	<u>152.615</u>	<u>757.705</u>
<b>Total</b>	<b><u>152.615</u></b>	<b><u>757.705</u></b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), cuja remuneração é equivalente na média de 100% da SELIC (100% da SELIC em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Classes de consumidores					
Residencial	367.921	195.265	19.789	582.976	537.550
Industrial	21.738	12.381	17.888	52.007	51.909
Comercial	82.090	29.491	16.067	127.648	125.739
Rural	62.897	21.975	8.260	93.132	79.825
Poder público	21.496	3.792	8.132	33.420	26.495
Iluminação pública	22.650	313	1.004	23.968	22.023
Serviço público	16.168	209	2	16.379	15.149
<b>Faturado</b>	<b>594.961</b>	<b>263.427</b>	<b>71.142</b>	<b>929.529</b>	<b>858.690</b>
Não faturado	456.571	-	-	456.571	495.286
Parcelamento de débito de consumidores	72.310	18.077	14.081	104.469	101.986
Concessionárias e permissionárias	25.741	-	-	25.741	29.800
Outros	1.920	-	-	1.920	2.125
	<b>1.151.503</b>	<b>281.504</b>	<b>85.223</b>	<b>1.518.230</b>	<b>1.487.887</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(85.793)	(81.897)
<b>Total</b>				<b>1.432.438</b>	<b>1.405.990</b>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios	54.413	-	-	54.413	55.338
Parcelamento de débito de consumidores	51.250	-	-	51.250	53.539
<b>Total</b>	<b>105.663</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.663</b>	<b>108.877</b>

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(81.897)</b>	<b>(16.908)</b>	<b>(98.805)</b>
Provisão revertida (constituída) liquida	(30.921)	(26)	(30.947)
Recuperação de receita	10.981	-	10.981
Baixa de contas a receber provisionadas	16.044	-	16.044
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>(85.793)</b>	<b>(16.934)</b>	<b>(102.727)</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**Notas Explicativas****( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.897	3.367
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>4.897</b>	<b>3.367</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	27.060	14.546
ICMS a compensar	65.868	64.368
Programa de integração social - PIS	276	280
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.276	1.293
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>94.536</b>	<b>80.543</b>
<b>Total circulante</b>	<b>99.433</b>	<b>83.911</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>2.565</b>	<b>2.565</b>
ICMS a compensar	88.548	86.436
Programa de integração social - PIS	814	812
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.746	3.738
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo (*)	2.188.288	-
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>2.282.067</b>	<b>91.657</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.284.632</b>	<b>94.222</b>

(\*) Em 09 de fevereiro de 2021, a RGE Sul obteve o trânsito em julgado do Acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, o qual reconheceu o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002).

Paralelamente, em 10 de fevereiro de 2021, a ANEEL iniciou a Consulta Pública nº 05, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos fiscais relacionados a este tema aos consumidores, externado através da Nota Técnica nº 09/2021, onde o seu posicionamento inicial foi de que é de titularidade do consumidor a totalidade dos valores recuperados a título de PIS e COFINS.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, o qual contemplaria um repasse ao consumidor limitado ao montante aproximado de R\$ R\$ 1.418.944. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Assim, com base no posicionamento atual externado pela ANEEL na consulta pública, neste trimestre 100% do valor do crédito em questão foi registrado no grupo de Ativo - Tributos a Recuperar em contrapartida ao grupo do Passivo - Outras contas a pagar, no montante de R\$ 2.188.288.

## Notas Explicativas

Logo, a decisão contábil da empresa de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

### ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/03/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	288.048	25.605	313.654	74.733	(8.672)	1.282	363.555	17.442	380.997
CVA (*)									
CDE (**)	(7.822)	35.024	27.202	47.494	(19.122)	232	39.771	16.034	55.806
Custos energia elétrica	(51.031)	(155.087)	(206.119)	(154.274)	85.940	(816)	(205.871)	(69.398)	(275.269)
ESS e EER (***)	67.438	(103.034)	(35.596)	29.340	53.209	(321)	96.844	(50.211)	46.633
Proinfra	(3.154)	(6.877)	(10.031)	6.352	3.664	(18)	3.208	(3.241)	(33)
Rede básica	84.155	36.397	120.551	61.103	(19.551)	543	145.658	16.988	162.646
Repasso de Itaipu	221.545	195.847	417.392	114.291	(99.722)	1.675	336.640	96.997	433.637
Transporte de Itaipu	15.527	7.040	22.567	6.876	(3.634)	102	22.479	3.433	25.912
Neutralidade dos encargos setoriais	(18.772)	2.886	(15.885)	(14.331)	(1.675)	8	(33.095)	1.211	(31.884)
Sobrecontratação	(19.838)	13.410	(6.428)	(22.118)	(7.782)	(124)	(42.079)	5.628	(36.452)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(135.783)</b>	<b>1.806</b>	<b>(133.977)</b>	<b>(21.421)</b>	<b>(1.048)</b>	<b>(769)</b>	<b>(157.972)</b>	<b>758</b>	<b>(157.215)</b>
Outros	(135.783)	1.806	(133.977)	(21.421)	(1.048)	(769)	(157.972)	758	(157.215)
<b>Total</b>	<b>152.266</b>	<b>27.411</b>	<b>179.677</b>	<b>53.312</b>	<b>(9.720)</b>	<b>513</b>	<b>205.582</b>	<b>18.200</b>	<b>223.782</b>
Ativo circulante			188.331						307.231
Passivo não circulante			(8.654)						(83.449)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## Notas Explicativas

### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 10.1- Composição dos créditos fiscais:

	31/03/2021	31/12/2020
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	94.545	92.836
Benefício fiscal do intangível incorporado	41.100	41.629
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(125.535)</u>	<u>(95.979)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>10.110</b>	<b>38.486</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	264.679	259.286
Benefício fiscal do intangível incorporado	133.952	136.137
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(348.707)</u>	<u>(266.607)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>49.924</b>	<b>128.817</b>
<b>Total</b>	<b><u>60.035</u></b>	<b><u>167.303</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2021 e 2020 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

#### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/03/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.287	59.130	21.195	58.874
Entidade de previdência privada	(589)	(1.637)	(791)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.713	26.980	9.364	26.011
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	4.739	13.165	4.897	13.604
Provisão relacionada a pessoal	1.906	5.294	1.465	4.071
Marcação a Mercado- Derivativos	2.613	7.257	(6.318)	(17.550)
Marcação a Mercado- Dívidas	(4.968)	(13.799)	3.074	8.538
Derivativos	(96.642)	(268.451)	(74.327)	(206.465)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.065	5.736	2.144	5.954
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(80.734)	(224.261)	(70.726)	(196.460)
Perdas atuariais	644	1.790	644	1.790
Outros	716	1.990	503	1.396
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	15.310	42.527	15.310	42.527
Marcação a Mercado- Derivativos	259	720	421	1.169
Marcação a Mercado- Dívidas	(2.167)	(6.018)	(3.146)	(8.739)
<b>Total</b>	<b><u>(125.535)</u></b>	<b><u>(348.707)</u></b>	<b><u>(95.979)</u></b>	<b><u>(266.607)</u></b>

## Notas Explicativas

### 10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020:

	1º Trimestre 2021		1º Trimestre 2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	308.659	308.659	403.961	403.961
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível adquirido	-	11	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	15.137	15.137	15.415	15.415
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	576	847	1.610	1.478
<b>Base de cálculo</b>	<b>324.372</b>	<b>324.654</b>	<b>420.986</b>	<b>420.854</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(29.193)</b>	<b>(81.163)</b>	<b>(37.889)</b>	<b>(105.213)</b>
Diferido	(29.193)	(81.163)	(37.889)	(105.213)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.513.915</b>
Transferência - ativo contratual	181.094
Transferência - intangível em serviço	(1.116)
Ajuste ao valor justo	112.653
Baixas	(11.694)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>4.794.851</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 11.694 (R\$ 5.343 no primeiro trimestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 1.451 (R\$ 1.668 no primeiro trimestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 10.243 (R\$ 3.675 no primeiro trimestre de 2020).

**Notas Explicativas****( 12 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos - fornecedores	4.778	505	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	54	70	70
Ordens em curso	90.036	97.651	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.436	7.494	-	-
Despesas antecipadas	21.810	21.130	5.336	5.877
Contas a receber - CDE (*)	59.569	61.302	-	-
Adiantamentos a funcionários	11.418	6.165	-	-
Arrendamentos e alugueis	15.076	12.078	-	-
Outros	40.159	30.925	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.934)	(16.908)	-	-
<b>Total</b>	<b>232.402</b>	<b>220.396</b>	<b>5.406</b>	<b>5.947</b>

(\*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.682 (R\$ 9.260 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 49.887 (R\$ 52.042 em 31 de dezembro de 2020) (nota 25.3).

**( 13 ) ATIVO CONTRATUAL**

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>618.617</b>
Adições	264.351
Transferência - Intangível em serviço	(74.145)
Transferência - Ativo financeiro	(181.094)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>627.729</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**( 14 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>357.982</b>	<b>2.095.935</b>	<b>4.481</b>	<b>2.458.397</b>
Custo histórico	1.923.048	5.320.419	40.552	7.284.020
Amortização acumulada	(1.565.066)	(3.224.484)	(36.071)	(4.825.623)
Amortização	(13.025)	(86.025)	(348)	(99.397)
Transferência - ativo contratual	-	73.939	206	74.145
Transferência - ativo financeiro	-	1.116	-	1.116
Baixa e transferência - outros ativos	-	(9.273)	-	(9.273)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>344.957</b>	<b>2.075.692</b>	<b>4.340</b>	<b>2.424.988</b>
Custo histórico	1.923.048	5.267.789	40.759	7.231.596
Amortização acumulada	(1.578.091)	(3.192.097)	(36.419)	(4.806.608)

## Notas Explicativas

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 15 ) FORNECEDORES

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	62.230	90.038
Suprimento de energia elétrica	486.225	701.106
Encargos de uso da rede elétrica	116.420	102.251
Materiais e serviços	164.383	159.134
<b>Total</b>	<b><u>829.258</u></b>	<b><u>1.052.529</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	142.945	132.030
Encargos de uso da rede elétrica	54.696	50.520
Materiais e serviços	3.483	7.029
<b>Total</b>	<b><u>201.125</u></b>	<b><u>189.578</u></b>

### ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
Pós Fixado						
TJLP	1.451	(256)	14	-	(15)	1.195
IPCA	1.196.305	(25.202)	42.677	-	(12.756)	1.201.024
<b>Total ao custo</b>	<b><u>1.197.755</u></b>	<b><u>(25.457)</u></b>	<b><u>42.692</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(12.771)</u></b>	<b><u>1.202.219</u></b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b><u>(20.357)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>795</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(19.563)</u></b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	2.474.018	(132.197)	18.726	262.394	(23.506)	2.599.436
Euro	644.243	-	1.363	36.757	(1.360)	681.002
Marcação a mercado	(20.422)	-	(69.026)	-	-	(89.448)
<b>Total ao valor justo</b>	<b><u>3.097.839</u></b>	<b><u>(132.197)</u></b>	<b><u>(48.938)</u></b>	<b><u>299.151</u></b>	<b><u>(24.866)</u></b>	<b><u>3.190.990</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>4.275.237</u></b>	<b><u>(157.654)</u></b>	<b><u>(5.451)</u></b>	<b><u>299.151</u></b>	<b><u>(37.636)</u></b>	<b><u>4.373.646</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>1.803.770</b>					<b>2.117.928</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.471.467</b>					<b>2.255.718</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

## Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
TJLP					
FINEP	TJLP + 6%	1.195	1.451	2017 a 2022	Fiança Bancária
		<u>1.195</u>	<u>1.451</u>		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.201.024	1.196.305	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>1.201.024</u>	<u>1.196.305</u>		
<b>Total moeda nacional</b>		<u><b>1.202.219</b></u>	<u><b>1.197.755</b></u>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(19.563)</b>	<b>(20.357)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95% (a)	313.883	282.980	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%	2.285.553	2.191.038	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>2.599.436</u>	<u>2.474.018</u>		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79 a 0,80%	681.002	644.243	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>681.002</u>	<u>644.243</u>		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(89.448)</b>	<b>(20.422)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<u><b>3.190.990</b></u>	<u><b>3.097.839</b></u>		
<b>Total</b>		<u><b>4.373.646</b></u>	<u><b>4.275.237</b></u>		

(\*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de março de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 89.448 (R\$ 20.422 em 31 de dezembro de 2020), deduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 62.390 (ganhos de R\$ 20.500 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total não realizado de R\$ 27.058 (ganhos de R\$ 40.922 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

### Ano de vencimento

A partir de 01/04/2022	74.214
2023	476.201
2024	492.728
2025	634.945
2026	131.740
2027	494.760
<b>Subtotal</b>	<b>2.304.588</b>
Marcação a mercado	(48.870)
<b>Total</b>	<b>2.255.718</b>

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 março de 2021, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## Notas Explicativas

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
CDI	993.236	(125.000)	4.816	(2.575)	870.478
IPCA	152.292	-	5.568	(3.948)	153.912
<b>Total ao custo</b>	<b>1.145.528</b>	<b>(125.000)</b>	<b>10.384</b>	<b>(6.522)</b>	<b>1.024.390</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(5.464)</b>	<b>-</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>(5.064)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
IPCA	244.804	-	9.200	(6.864)	247.139
Marcação a mercado	13.258	-	(3.080)	-	10.177
<b>Total ao valor justo</b>	<b>258.062</b>	<b>-</b>	<b>6.119</b>	<b>(6.864)</b>	<b>257.316</b>
<b>Total</b>	<b>1.398.125</b>	<b>(125.000)</b>	<b>16.904</b>	<b>(13.387)</b>	<b>1.276.643</b>
<b>Circulante</b>	<b>129.898</b>				<b>132.673</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.268.228</b>				<b>1.143.970</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	De 107% a 109,75% do CDI	(a)	870.478	993.236	2021 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,3473%	(b)	153.912	152.292	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>			<b>1.024.390</b>	<b>1.145.528</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(5.064)</b>	<b>(5.464)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	IPCA + 5,80%(1)	(b)	247.139	244.804	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>			<b>10.177</b>	<b>13.258</b>		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>			<b>257.316</b>	<b>258.062</b>		
<b>Total</b>			<b>1.276.643</b>	<b>1.398.125</b>		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos

## Notas Explicativas

derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de março de 2021 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 10.177 (R\$ 13.258 em 31 de dezembro de 2020), deduzido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 24.116 (ganhos de R\$ 38.659 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 13.939 (R\$ 25.401 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	443.304
2024	568.299
2025	122.189
<b>Subtotal</b>	<b>1.133.792</b>
Marcação a mercado	10.177
<b>Total</b>	<b>1.143.970</b>

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2021, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada ("Fundação CEEE"), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

**"Plano 1" (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

**"Plano 2" (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

## Notas Explicativas

### 18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	-	<b>176.444</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(385)	3.609
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(488)	(490)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	873	-
<b>Passivo atuarial líquido em 31/03/2021</b>	<u>-</u>	<u><b>179.563</b></u>
Outras contribuições	-	(35)
<b>Total passivo</b>	<u>-</u>	<u><b>179.528</b></u>
Não circulante	-	179.528

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2021</u>		<u>1º Trimestre 2020</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Custo do serviço	(292)	286	(77)	561
Juros sobre obrigações atuariais	8.437	12.521	8.359	12.298
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.745)	(9.198)	(8.471)	(9.068)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	216	-	38	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<u><b>(385)</b></u>	<u><b>3.609</b></u>	<u><b>(152)</b></u>	<u><b>3.791</b></u>

### Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do laudo foram:

	<u>Planos 1 e 2</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a.(*)	5,97% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,96% em 2020 e de 5,15% em 2019.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**Notas Explicativas****( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	791	791
Conta de desenvolvimento energético - CDE	75	75
Bandeiras tarifárias e outros	<u>28.399</u>	<u>22.792</u>
<b>Total</b>	<b><u>29.265</u></b>	<b><u>23.658</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** O saldo em 31 de março de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em março e fevereiro (amarela) de 2021 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

**( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	90
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	2.955
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<u>-</u>	<u>3.045</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	101.859	93.360
Programa de integração social - PIS	9.885	11.001
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	45.718	50.889
Outros	12.341	12.736
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<u>169.803</u>	<u>167.986</u>
<b>Total Circulante</b>	<b><u>169.803</u></b>	<b><u>171.031</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.153	3.148
<b>Total Não circulante</b>	<b><u>3.153</u></b>	<b><u>3.148</u></b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**Notas Explicativas****( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	78.979	47.689	81.489	48.885
<b>Cíveis</b>	116.925	32.752	113.576	36.408
<b>Fiscais</b>	18.443	38.700	18.390	38.516
<b>Regulatórios</b>	18.071	-	17.994	-
<b>Outros</b>	369	-	369	-
<b>Total</b>	<b>232.787</b>	<b>119.142</b>	<b>231.817</b>	<b>123.808</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2021
Trabalhistas	81.489	6.113	(4.959)	(5.509)	1.846	78.979
Cíveis	113.576	7.594	(2.040)	(10.484)	8.278	116.925
Fiscais	18.390	-	-	-	53	18.443
Regulatórios	17.994	-	-	-	77	18.071
Outros	369	-	-	-	-	369
<b>Total</b>	<b>231.817</b>	<b>13.707</b>	<b>(6.999)</b>	<b>(15.993)</b>	<b>10.254</b>	<b>232.787</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estavam assim representadas:

## Notas Explicativas

	31/03/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	326.913	288.351	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	945.853	877.181	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.046.675	1.044.011	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	527.167	526.200	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	64.390	63.764	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.910.997</b>	<b>2.799.507</b>	

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	87.676	70.947	68.435	63.209
Consumidores - devolução do PIS/COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 8)	-	-	2.188.288	-
Programa de eficiência energética - PEE	109.338	127.833	17.100	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	53.996	68.029	19.616	2.548
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	13.077	11.115	-	-
Adiantamentos	6.357	9.072	3.859	4.118
Descontos tarifários - CDE	2.733	26.063	-	-
Folha de pagamento	2.357	2.860	-	-
Participação nos lucros	22.378	18.186	1.735	1.735
Convênios de arrecadação	32.161	31.776	-	-
Garantias	-	-	993	993
Outros	7.074	6.675	34.128	34.194
<b>Total</b>	<b>337.147</b>	<b>372.556</b>	<b>2.334.155</b>	<b>106.797</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, em cumprimento a Medida Provisória nº 998/2020, convertida na Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021, estabelece que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento será realizado no mês de abril de 2021.

## Notas Explicativas

### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

### ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

#### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	198.302	260.859
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
<b>Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$</b>	<b>176,20</b>	<b>231,79</b>

Para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

### ( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2021	31/03/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	2.522.088	2.458.171	1.582	1.604	1.463.830	1.374.470
Industrial	17.251	19.880	342	386	260.659	268.626
Comercial	173.624	177.799	504	601	476.405	514.456
Rural	248.818	250.959	588	627	295.058	273.253
Poderes públicos	22.001	21.407	80	98	72.506	79.402
Iluminação pública	516	449	138	142	62.416	59.599
Serviço público	3.639	3.554	87	126	69.742	86.856
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.987.937</b>	<b>2.932.219</b>	<b>3.321</b>	<b>3.585</b>	<b>2.700.616</b>	<b>2.656.663</b>
Consumo próprio	222	228	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(50.108)	28.728
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.354.913)	(1.320.004)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.988.159</b>	<b>2.932.447</b>	<b>3.322</b>	<b>3.587</b>	<b>1.295.595</b>	<b>1.365.387</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			468	516	124.792	141.295
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(25.018)	(23.416)
Energia elétrica de curto prazo			(3)	(3)	(226)	(607)
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>465</b>	<b>513</b>	<b>99.548</b>	<b>117.272</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.379.931	1.343.420
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					320.718	257.515
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(18.323)	(20.488)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					251.707	219.395
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					43.592	(230.684)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					111.202	59.861
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					186.607	200.776
Outras receitas e rendas					27.034	26.993
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>2.302.468</b>	<b>1.856.788</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>3.697.611</b>	<b>3.339.446</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(775.024)	(750.668)
PIS					(54.939)	(50.522)
COFINS					(253.052)	(232.707)
ISS					(44)	(83)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(278.759)	(260.011)
Programa de P & D e eficiência energética					(19.565)	(18.142)
PROINFA					(9.509)	(10.031)
Bandeiras tarifárias e outros					(2.931)	58.244
Outros					(2.676)	(2.555)
					<b>(1.396.498)</b>	<b>(1.266.476)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>2.301.113</b>	<b>2.072.970</b>

#### 25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### 25.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a percebido pelos consumidores foi de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse íterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento da cotas mensal da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos

## Notas Explicativas

consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

### 25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No primeiro trimestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 186.607 (R\$ 200.776 no primeiro trimestre de 2020), sendo (i) R\$ 14.712 (R\$ 10.653 no primeiro trimestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 164.856 (R\$ 169.709 no primeiro trimestre de 2020) referentes descontos tarifários, (iii) R\$ 7.039 (R\$ 20.411 no primeiro trimestre de 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 3 no primeiro trimestre de 2020 de desconto tarifário – liminares.

### 25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

## ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	818	863	307.244	288.245
PROINFA	67	81	28.356	21.428
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.457	3.937	732.566	767.406
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(93.521)	(91.856)
<b>Subtotal</b>	<b>4.342</b>	<b>4.880</b>	<b>974.645</b>	<b>985.223</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			216.718	161.925
Encargos de transporte de Itaipu			26.122	22.114
Encargos de conexão			29.580	22.888
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.900	508
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			113.628	6.229
Encargos de energia de reserva - EER			11.134	-
Crédito de PIS e COFINS			(37.099)	(19.763)
<b>Subtotal</b>			<b>363.982</b>	<b>193.900</b>
<b>Total</b>			<b>1.338.627</b>	<b>1.179.123</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## Notas Explicativas

### ( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Pessoal	44.905	42.142	-	-	19.496	19.367	16.238	15.871	-	-	80.639	77.380
Entidade de previdência privada	3.224	3.639	-	-	-	-	-	-	-	-	3.224	3.639
Material	15.093	13.575	82	48	1.785	2.960	1.507	1.017	-	-	18.468	17.600
Serviços de terceiros	29.526	30.253	122	122	9.545	9.344	23.619	22.439	-	-	62.812	62.158
Custos com construção da infraestrutura	-	-	251.707	219.395	-	-	-	-	-	-	251.707	219.395
Outros	6.091	5.340	(1)	-	7.251	7.631	15.577	17.190	30.502	24.047	59.421	54.208
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.223	7.466	-	-	-	-	7.223	7.466
Arrendamentos e aluguéis	5.755	5.009	-	-	-	-	1.303	2.756	-	-	7.058	7.765
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	831	798	-	-	878	798
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	10.718	11.744	-	-	12.652	11.744
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	271	232	-	-	271	232
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	30.016	23.582	30.016	23.582
Outros	336	331	(1)	-	27	165	2.455	1.660	487	465	1.324	2.621
<b>Total</b>	<b>98.839</b>	<b>94.949</b>	<b>251.911</b>	<b>219.565</b>	<b>38.077</b>	<b>39.302</b>	<b>56.941</b>	<b>56.518</b>	<b>30.502</b>	<b>24.047</b>	<b>476.271</b>	<b>434.380</b>

**Notas Explicativas****( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>1° Trimestre 2021</b>	<b>1° Trimestre 2020</b>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	4.443	4.818
Acréscimos e multas moratórias	24.348	24.500
Atualização de créditos fiscais	51	-
Atualização de depósitos judiciais	438	812
Atualizações monetárias e cambiais	15.741	95.526
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	855	-
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	513	2.540
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.488)	(2.217)
Outros	5.548	3.416
<b>Total</b>	<b>49.449</b>	<b>129.394</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(48.576)	(44.713)
Atualizações monetárias e cambiais	(53.692)	(21.154)
(-) Juros capitalizados	2.932	2.688
Outros	(8.752)	(3.791)
<b>Total</b>	<b>(108.088)</b>	<b>(66.970)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(58.639)</b>	<b>62.424</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos de ganhos líquidos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 218.602 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 667.426 no primeiro trimestre de 2020) (nota 31).

**( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 1.058 (R\$ 1.592 no primeiro trimestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 1.018 (R\$ 1.541 no primeiro trimestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 40 (R\$ 51 no primeiro trimestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	31/03/2021	31/12/2020	1° Trimestre 2021	1° Trimestre 2020
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	921	240	23.960	19.979

## Notas Explicativas

### Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	3	-	19	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	255	345	2.115	1.868	-	-	5.707	5.740
Companhia Piratininga de Força e Luz	86	107	1.442	1.540	-	-	4.532	4.120
Companhia Jaguari de Energia	54	55	108	128	-	-	114	111
CPFL Energia S.A.	13	33	-	-	-	-	(116)	(33)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	61	61	-	-	-	7	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	30	28
<b>Contrato de Mútuo</b>								
CPFL Energia S.A. (**)	-	-	301.220	300.019	-	-	1.550	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	145.362	145.361	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	17.946	17.946	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	212	-	-	-	2
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	142	273	4.630	2.758	-	-	99	656
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.831	1.482	-	-	5.554	4.751
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	486	492	-	-	1.437	1.530
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	701	273	-	-	2.208	150
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	519	495	-	-	1.494	1.509
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	332	346	-	-	1.093	995
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	421	500	-	-	920	1.230
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	(22)	-	-	-	-	45
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	8	9	-	-	25	25
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	209	769	-	-	1.713	657
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	120	90	-	-	268	266
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	301	302	-	-	699	692
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.902	2.922	-	-	10.612	10.513
CPFL Renováveis - Consolidado	10	9	314	228	27	42	1.195	1.004
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	16	15
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	16	18
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	271	232

#### (\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 50.699 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 13.084 no primeiro trimestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(\*\*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 301.220, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

### ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

## Notas Explicativas

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2021	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	576.152	576.152
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	152.615	152.615
Derivativos	31	(a)	Nível 2	1.035.633	1.035.633
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.794.851	4.794.851
<b>Total</b>				<b>6.559.252</b>	<b>6.559.252</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	1.182.656	1.182.656
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.190.990	3.190.990
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (**)	1.019.327	1.002.667
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	257.316	257.316
<b>Total</b>				<b>5.650.288</b>	<b>5.633.629</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 68.626 no 1º trimestre de 2021 (um ganho de R\$ 82.262 no 1º trimestre de 2020).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

## Notas Explicativas

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do primeiro trimestre de 2021 de R\$ 112.653 (ganho de R\$ 61.529 no primeiro trimestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial</b>								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	763.598	763.598	810.948	(47.350)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%) Euro + de 0,79 a 0,80%	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8% a 0,90% 103,5% a 105,8% do CDI	abr/21 a fev/25 jun/21 a fev/22	1.785.029 444.130
Empréstimos bancários - Lei 4.131	221.116	221.116	236.156	(15.040)				
	<b>984.714</b>	<b>984.714</b>	<b>1.047.104</b>	<b>(62.390)</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>								
Debêntures	50.919	50.919	26.803	24.116	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	219.600
<b>Total</b>	<b>1.035.633</b>	<b>1.035.633</b>	<b>1.073.907</b>	<b>(38.274)</b>				
Circulante	712.918							
Não circulante	322.715							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

## Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2021
Para dívidas designadas a valor justo	825.962	317.832	(69.887)	1.073.907
Marcação a mercado (*)	59.159	(97.433)	-	(38.274)
<b>Total</b>	<b>885.121</b>	<b>220.399</b>	<b>(69.887)</b>	<b>1.035.633</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>486.476</b>			<b>712.918</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>398.645</b>			<b>322.715</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Varição de taxas de juros	8.086	3.585	-	-
Marcação a mercado	(14.647)	(11.532)	104	2.952
Varição cambial	309.746	609.688	-	-
Marcação a mercado	(84.584)	65.683	1.693	(2)
<b>Total</b>	<b>218.602</b>	<b>667.426</b>	<b>1.797</b>	<b>2.950</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

## Notas Explicativas

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.527.034)		(47.611)	596.050	1.239.712
Derivativos - swap plain vanilla	2.575.613		48.526	(607.509)	(1.263.544)
	<b>48.579</b>	baixa dolar	<b>915</b>	<b>(11.459)</b>	<b>(23.832)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(663.955)		(18.489)	152.122	322.733
Derivativos - swap plain vanilla	666.326		18.554	(152.666)	(323.886)
	<b>2.370</b>	baixa euro	<b>66</b>	<b>(543)</b>	<b>(1.152)</b>
<b>Total</b>	<b>50.949</b>		<b>981</b>	<b>(12.002)</b>	<b>(24.984)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>176</b>	<b>(1.781)</b>	<b>(3.738)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>805</b>	<b>(10.221)</b>	<b>(21.246)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2021 foi de R\$ 5,76 para o dólar e R\$ 6,76 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,87 e R\$ 6,95 e a depreciação cambial de 1,88% e 2,78%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	528.471				27.903	34.879	41.855
Instrumentos financeiros passivos	(870.478)				(45.961)	(57.452)	(68.942)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.476.675)				(130.768)	(163.461)	(196.153)
	<b>(2.818.682)</b>	alta CDI	<b>2,23%</b>	<b>5,28%</b>	<b>(148.826)</b>	<b>(186.034)</b>	<b>(223.240)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.195)				(55)	(69)	(83)
	<b>(1.195)</b>	alta TJLP	<b>4,70%</b>	<b>4,61%</b>	<b>(55)</b>	<b>(69)</b>	<b>(83)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.612.253)				(89.964)	(67.473)	(44.982)
Derivativos - swap plain vanilla	270.369				15.087	11.315	7.543
Ativo financeiro da concessão	4.794.851				267.553	200.665	133.776
	<b>3.452.968</b>	baixa IPCA	<b>6,10%</b>	<b>5,58%</b>	<b>192.676</b>	<b>144.507</b>	<b>96.337</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	223.782				11.816	8.862	5.908
Instrumentos financeiros ativos	152.615				8.058	6.044	4.029
	<b>376.397</b>	baixa SELIC	<b>2,23%</b>	<b>5,28%</b>	<b>19.874</b>	<b>14.906</b>	<b>9.937</b>
<b>Total</b>	<b>1.009.488</b>				<b>63.669</b>	<b>(26.690)</b>	<b>(117.049)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>764</b>	<b>497</b>	<b>230</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>62.905</b>	<b>(27.187)</b>	<b>(117.279)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 156.112.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

## Notas Explicativas

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 31 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- (nota 31 b), baseado nas principais agências de rating de crédito do mercado. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## **(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

No primeiro trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 2.932 (R\$2.688 no primeiro trimestre de 31 de março de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

## **(33) EVENTO SUBSEQUENTE**

### **33.1 – Novas medidas regulatórias para preservação do serviço público de distribuição de energia elétrica**

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (REN) Nº 928, aprovada em 26 de março de 2021, que revoga as REN Nº 878 de 24 de março de 2020, REN Nº 886 de 15 de Junho de 2020 e a REN Nº 886 de 21 de Julho de 2020. Além disso, estabelece novos procedimentos comerciais a serem adotados pelas distribuidoras para enfrentamento a segunda onda de COVID 19 entre a data de sua publicação até 30 de junho de 2021. Dentre as medidas, as mais relevantes são a restrição de suspensão de cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda até 30 de junho, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

## Notas Explicativas

---

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**MARIO ANTONIO COSTA CALDAS**  
Conselheiro

---

### DIRETORIA

---

**MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

### DIRETORIA DE CONTABILIDADE

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2021.

São Leopoldo, 10 de maio de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2021.

São Leopoldo, 10 de maio de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras